

# Credores já apóiam criação de agência para reduzir dívida

JOSÉ MEIRELLES PASSOS  
Correspondente

WASHINGTON — A possibilidade de que venha a se criar uma agência internacional para promover a redução da dívida externa, em especial a da América Latina, através da compra e revenda de títulos desse débito com desconto, está amadurecendo a cada dia, segundo altos funcionários do Fundo Monetário Internacional. Ainda que os Estados

Unidos resistam à idéia, Japão, Alemanha Ocidental e França já estariam dispostos a contribuir com fundos para formar o capital desse novo organismo, que seria um apêndice do FMI.

E um inesperado personagem pode surgir nessa empreitada: Taiwan, que dispõe de grandes superávits comerciais e poderia reciclar parte desse capital através de contribuições à nova agência, disse uma das fontes.

Apesar de não existir um consenso a esse respeito, técnicos do FMI e do Banco Mundial apontam que os países credores estão conscientes de que a economia mundial corre o risco de estancar, já que os devedores estão cada vez mais carentes de fundos para adquirir bens e serviços, travando o comércio internacional. Outro elemento é a percepção de que, embora sempre levistem essa hipótese, os bancos privados não estão dispostos a adotar esquemas para a redução voluntária da dívida.

## Dívida & ecologia

O BRASIL faz parte do Grupo dos Oito, que reúne os países de maior dívida externa no Hemisfério. O Grupo acaba de aprovar em Caracas o estabelecimento de negociações junto aos credores visando a nova abordagem da questão.

ENTRE OS mecanismos a serem estudados destaca-se como mais importante a compra de parcelas da dívida, com deságio, por uma agência internacional coordenada pelos Estados Unidos. Essas parcelas seriam re-

passadas, com o mesmo desconto, aos devedores.

A SOLUÇÃO tem inúmeros pontos de contato com a visão do problema já revelada pelo Presidente George Bush.

ISSO explica por que não é realista a proposta de congressistas americanos, enfaticamente apoiados pelo "New York Times", no sentido de que, no caso do Brasil, o repasse da dívida com deságio seja condicionado à preservação da Amazônia.

NÃO significa que o País deixe de dever a si mesmo uma política de defesa do meio ambiente mais rigorosa do que a que existe hoje. Na verdade, será suficiente que o Governo faça o que já se comprometeu a fazer.

E, SE vier ajuda de fora, melhor ainda.

MAS qualquer mistura de dívida e ecologia só fará prejudicar a busca de soluções nos dois campos.